

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 12-8-2020.

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Ramiro Rosário, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Luciano Marcantônio, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Reginaldo Pujol. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 007/20 (Processo nº 0025/20), de autoria de Adeli Sell. Também, foi apregoado o Ofício nº 379/20, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 017/20. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Adeli Sell. Às quatorze horas e trinta e seis minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 011/20 (Processo nº 0211/20), o qual, após ser discutido por Cláudia Araújo e Adeli Sell, teve sua apreciação suspensa, em face de requerimento verbal formulado por Paulo Brum, aprovado. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/20 (Processo nº 0203/20), por trinta e um votos SIM e duas ABSTENÇÕES, após ser discutido por Lourdes Sprenger, Adeli Sell, Airto Ferronato, Mauro Pinheiro, Felipe Camozzato e Cassiá Carpes, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger e Roberto Robaina. Foi rejeitado requerimento de autoria de Lourdes Sprenger, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Executivo nº 011/20 (Processo nº 0211/20), por um voto SIM e trinta votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Adeli Sell, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Alvoni Medina, Lourdes Sprenger e Cassiá Carpes, tendo votado Sim Lourdes Sprenger e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely,

Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e três minutos às quinze horas e quarenta e quatro minutos. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 011/20 (Processo nº 0211/20), por trinta votos SIM e uma ABSTENÇÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger. Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/20. Às dezesseis horas e trinta e nove minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Paulo Brum e Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Boa tarde a todos. Solicito que a Diretoria Legislativa proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e cinco vereadores e vereadoras presentes.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Havendo quórum, dou por aberta a 35ª Sessão Ordinária. Solicito que sejam apregoadas as matérias que foram encaminhadas à Mesa Diretora, para darmos conhecimento ao plenário da Casa.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à leitura das proposições encaminhadas à Mesa.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Sandro. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado, Sandro; obrigado, presidente Paulo Brum, meus colegas e minhas colegas, em nome da minha bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, dos vereadores Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa, Engº Comassetto, e este vereador, queremos colocar um conjunto de preocupações sobre os dias difíceis que estamos vivendo em Porto Alegre. Desde o início nós alertamos que a Prefeitura deveria ter protocolos sanitários efetivos, concretos, fiscalizáveis e

exequíveis. Não fizeram nenhuma das ações que nós propusemos, como abertura de um espaço público para os moradores de rua, não abriram nenhum hospital de campanha, não fizeram a negociação com o Hospital Parque Belém, um hospital que está devoluto, largado às moscas por disputas político-partidárias ou, diria até, em nível pessoal. Nós propusemos, desde o início, que se cuidasse dos cobradores de ônibus, temos áudios sobre a situação da própria Carris; nós discutimos que em vez de tirar as linhas de ônibus seria preciso readequar os horários dos ônibus, e que a Carris não poderia estar assumindo algumas linhas, porque, na verdade, com isso nós estamos criando uma fraude na licitação, porque estava acertado um tipo de procedimento de concessão pública, não poderia ter retirado a segunda passagem, foram retirados alguns outros direitos antigos, que não vem ao caso discutir aqui, mas a realidade é a seguinte: a Carris está segurando a peteca. Pela lei das licitações, os concessionários são obrigados a manter o contrato por três meses, independentemente do pagamento ou não. De um lado, a Prefeitura é generosa com a mão da Carris, que não é uma empresa só sua, é uma empresa pública, é do povo de Porto Alegre, a bem da verdade; por outro lado, recebemos denúncias, não fui só eu que recebi, vi que outros vereadores também, que há mais de um ano um fornecedor de serviços não recebe o pagamento da Prefeitura. Isso é uma afronta; enquanto os meios de comunicação estão recebendo fortunas, rios de dinheiro, inclusive, como nós podemos ver, quem fez a campanha do prefeito e quem está fazendo a publicidade dele agora. Uma coincidência, como tantas coincidências nesse mundo político do Brasil, nesse mundo político que nós achávamos que já teríamos soterrado há bastante tempo, depois da ditadura militar, com o advento da Constituição Cidadã, mas estamos vendo que há manipulações em todas as esferas. Infelizmente, se Montesquieu pudesse ver a grande proposição sua, que a gente tem observado em basicamente todo mundo, a divisão dos poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário, ficaria apavorado como há uma lambança no Brasil.

Aqui em Porto Alegre, a situação é cada vez mais caótica. Hoje pela manhã, o prefeito alardeou a contratação de 4.500 pessoas para a educação infantil. Uma grosseira mentira, porque todos nós sabemos que hoje existem contratualizações que estão em curso, elas foram refeitas, nós inclusive aprovamos um PDL na Câmara que ele não poderia ter feito os cortes que fez. Nós estamos observando e verificando os dados, muitos não nos têm passado absolutamente por medo da Prefeitura, por causa das retaliações, porque esse prefeito faz retaliações, persegue pessoas, persegue velhos aliados, quando você vê ele está fazendo uma nova barbaridade. Nós estamos vendo como ele odeia o Mercado Público, como ele odeia as coisas públicas, como ele não se preocupa com Porto Alegre. Fica fazendo discurso sobre protocolo sanitário, mas nós temos várias fotos, vários vídeos, em muitos momentos, nos quais quem fez ajuntamento foi o próprio prefeito municipal. Nesse sentido, colegas vereadoras e vereadores, nós estamos, como sempre fizemos nesses três anos e meio, fiscalizando a administração pública municipal e não vamos aceitar o que alguns disseram: “Como vocês se juntam aos que estavam até ontem no governo Marchezan? Vocês, da esquerda, se juntam com a direita”. Nós queremos dizer que o direito não tem prazo, o direito não é datado, o direito não é direita, esquerda, centro ou seja lá o que for; o

direito é o direito, e nós temos que observar a legislação em vigor. É o que nós estamos fazendo, Paulo Brum. Muito obrigado pela deferência e pela escuta de todas os colegas vereadores e vereadoras. Eu falei em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores.

(Não revisado pelo orador.)

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, registro a presença do Ver. Cassio Trogildo.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Solicito que a Diretoria Legislativa proceda à chamada nominal para entrarmos na Ordem do Dia.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta vereadores presentes.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB) – às 14h36min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0211/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 011/20, que altera a Lei nº 12.655, de 27 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2020. **(SEI 118.00101/2020-14)**

Parecer:

- da **CEFOP**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, “caput”, c/c art. 82, “caput”, da LOM;
- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- durante a Ordem do Dia não serão admitidas Emendas (art. 120, § 2º, do Regimento);
- incluído na Ordem do Dia em 10-08-20.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em discussão o PLE nº 011/20.

(Pausa.)

A Ver.^a Lourdes Sprenger, anteriormente, fez um requerimento solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do PLE nº 011/20. Sobre esse projeto, pela manhã, na reunião de Mesa e de líderes, houve um debate intenso a respeito de uma emenda da Ver.^a Lourdes. Não sei se foi equacionado esse problema, vamos ouvir a vereadora.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB) (Requerimento): Boa tarde, Presidente Paulo, vereadores e vereadoras. Nós tivemos uma emenda que – aliás, como outras também – foi vetada, retornou, e nós vamos ao veto. Essa emenda é muito importante porque ela inclui as modalidades de proteção esportiva, cultural, comunitária e de proteção animal aos futuros processos de emendas impositivas, seguindo uma lei federal. Observou-se que não constava essa alteração na lei que hoje foi solicitada nesse debate, Presidente Paulo, e os ajustes seriam feitos, porque, novamente, isso não foi acatado no Município. Então, considerando que essa inclusão não consta dentro do processo orçamentário – está devidamente aprovado –, eu encaminho um requerimento para postergar para amanhã, para que esse trâmite seja normalizado na Casa e não traga problema de conflito de legislação, tendo em vista que uma alteração vai ficar fora do orçamento. Era isso.

Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLE nº 011/20.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, se o senhor me permitir um esclarecimento, eu só quero comunicar que hoje é o 30º dia para apreciação do projeto que altera a Lei Orçamentária. Se não for encaminhada hoje a redação final, segundo a Lei Orgânica, o prefeito perde a obrigatoriedade da execução das emendas impositivas. Então, nós estamos na data limite para apreciação desse projeto, a fim de garantir que as emendas... (Problemas na conexão.) ...proposto nesse projeto continuem na condição de impositivas. Esse é o esclarecimento que eu gostaria de passar para os senhores.

Quanto ao art. 7º, referente à emenda da Ver.^a Lourdes Sprenger, ele será promulgado hoje no DOPA, numa edição extra do Legislativo, tendo em vista que foi derrubado o veto. Quem vai promulgar essas emendas que tiveram o veto rejeitado será o Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre. E também lembro que o projeto atual que será apreciado hoje não trata sobre esse artigo que foi alterado pela Ver.^a Lourdes Sprenger, não tendo nenhum prejuízo em relação à redação desse artigo.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Perfeito. Acho que, com esses esclarecimentos do diretor legislativo, nós podemos apreciar essa matéria.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, ainda para complementar, ele pode não estar diretamente....

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Vereadora, por favor, já está em discussão o projeto. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para discutir o PLE nº 011/20.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente, colegas vereadoras e vereadores. Na verdade, eu tenho dúvidas com relação ao projeto; conversei com alguns vereadores hoje, inclusive com o Ver. Cassio, que tem um entendimento grande e foi um dos responsáveis por nós termos aprovado as emendas. E eu tive a princípio doze emendas impositivas que foram contestadas pela Prefeitura. Fizemos as adequações, e ficaram sete emendas, sendo que quatro delas eu contestei, e três delas nós realocamos. Essas três que foram realocadas deveriam estar com a indicação que foi feita nessa listagem, pelo que eu entendi, e isso em princípio não aconteceu, a minha emenda não está lá realocada. Então, isso como é uma alteração da lei orçamentária para que sejam cumpridas essas alterações e não estão lá, eu não sei de que forma agir, visto que o Sandro acabou de falar que, se nós não votarmos hoje, prejudica o contexto geral de todas as emendas. Então, eu gostaria de uma orientação, porque as emendas nos 384, 426 e 429 eu realoquei, e não estão na listagem para o local que foi realocado. Eu gostaria de uma orientação, por favor.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 011/20.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Boa tarde, Presidente Paulo Brum. As preocupações que a Ver.^a Cláudia Araújo expôs, são as minhas. Eu pensei em deixar o Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, falar primeiro, mas eu acho que eu falo primeiro que fica melhor. Eu tenho dúvida sobre essa formulação, essa escrita não está muito clara. Se for, efetivamente, uma adequação, eu teria que votar favoravelmente, mas eu quero que isso tenha compromisso político do governo e segurança jurídica, e que isso será feito dessa maneira, porque eu acho que a bem da transparência, deveria... (Problemas na conexão.) ...precisa mexer na Lei Orçamentária a partir destas questões por nós postas que são as emendas impositivas. Eu fiz três ou quatro ajustes, mas acho que desde o primeiro momento nós fizemos segundo as orientações oriundas das devidas secretarias. Ademais, a maior parte das minhas emendas são na área da Cultura e elas foram discutidas com o Sergius Gonzaga, do Livro, foram discutidas com outros membros da Secretaria e demorada e exaustivamente com o secretário, porque nós fomos aos itens em que a Prefeitura tem que alocar recursos. Nós fizemos emendas impositivas apenas em questões que não precisa pegar dinheiro em parte alguma. Então, eu vi que algumas nossas foram aceitas e nós vamos lutar por elas, porque estamos num momento gravíssimo. A Lei Aldir Blanc, que discutimos na semana passada, tem uma demora que não se justifica, pelo que eu sei o recurso ainda não bateu na conta específica da Prefeitura para fazer as alocações; nem todos os setores conseguiram

reunir ou foram chamados para tal. Nós temos muita preocupação com as nossas emendas impositivas porque elas ajudam alguns programas, sejam na área das bibliotecas, eventos nessa área como a questão do “Adote um Escritor”, pelo que eu vi foi aceito, é uma coisa importantíssima, porque, mesmo na pandemia, os escritores poderão fazer um conjunto de atividades. Eu sei que eles não se negam em fazer com os alunos e, se tiverem dificuldade de conexão, darão um jeito de fazer com que façam outras atividades e que possam ser remetidas através de que hoje seriam os antigos rádios, os *podcasts*, vídeos, WhatsApp, enfim, tudo que estiver disponível ... (Problemas na conexão.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, na verdade, eu não me inscrevi. Eu só quis dizer para a Ver.^a Lourdes, que ela podia se inscrever para discutir, porque ela disse que tinha feito um requerimento. Eu não estou inscrito por enquanto ainda, Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): A Ver.^a Lourdes está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, de acordo com o art. 87, eu encaminhei um requerimento, e o senhor não colocou em votação. Nós temos que trabalhar de acordo com o que rege a Casa, porque isso é muito grave, o vereador colocar isso...

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): A senhora não fez... (Problemas na conexão.)

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Fiz quando eu iniciei, o senhor não... (Problemas na conexão.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): A senhora fez um questionamento, nós ouvimos... (Problemas na conexão.)

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Não, era um requerimento para adiamento. Esta era a minha proposta, para adiar por uma sessão. Se sair agora à tarde essa regularização no DOPA, enquanto nós estivermos na sessão, se retorna à votação. Mas, se não sair no DOPA, aí fica difícil, mas eu quero encaminhar o seguinte. Eu encaminhei, talvez não fui tão clara, um requerimento de postergação por uma sessão. Considerando esse prazo e considerando que o diretor legislativo em

exercício informou que até o final da tarde sai no DOPA, se agilizar essa publicação no DOPA, retorna-se à votação desse projeto. Isso é uma outra proposta. Porque o projeto que eu tenho que considerar, nós temos R\$ 8 bilhões de orçamento e as nossas emendas... (Problemas na conexão.) ...chega a 0,5% do orçamento. Nós tivemos tantos problemas, entramos tão entusiasmados para atender aquelas áreas que nós, vereadores, conhecemos, aquele coletivo com o qual nós convivemos, as necessidades. Vejam bem, como foi falado, eu também tinha uma emenda para a Santa Casa. A Santa Casa tem um setor de captação de recursos organizadíssimo. Como que o plano de trabalho deles não serviu? Eu tenho gratidão pela Santa Casa, porque atende 1,5 milhão de pessoas. Quantas pessoas salvas, o atendimento àquelas pessoas, às vezes, que não têm nem, no interior, onde recorrer, vêm para a Santa Casa e se salvam. É um trabalho sério, a gente conhece a administração hospitalar da Santa Casa. Então, por isso, eu não posso votar, não posso encaminhar favorável a esse projeto, mesmo porque eu considero que não está publicada essa emenda. Na legislação, ela conflitua. Claro que vai conflitar, nós estamos tratando de um todo. Ele tem que aguardar essa regularização. Então, meu requerimento, Sr. Presidente, era para postergar por uma sessão, mas eu não sei se faz um segundo. Se entrar no DOPA agora imediatamente, se vota esse projeto, se regulariza.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Eu consulto a Diretoria Legislativa para que esclareça melhor, por favor.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sim, Sr. Presidente. Em relação às emendas que serão prejudicadas, serão estas emendas que estão no anexo 1 deste projeto. São diversas, porque essas emendas estão com um remanejamento proposto pelo Executivo. Se não for apreciado no prazo de 30 dias, o Executivo perde a obrigatoriedade de executá-las. Quanto ao DOPA, nós dependemos, acho que já foi providenciada a assinatura do Sr. Presidente da Casa, Ver. Reginaldo Pujol, e do 1º Secretário para promulgação. É só questão burocrática, mas... (Problemas na conexão.) ...do DOPA do Legislativo para que constem todas as emendas que tiveram o seu veto rejeitado. O texto está pronto para publicação. Assim que realizadas todas as formalidades, deverá já sair a edição extra do DOPA do Legislativo. Agora, o horário, nós dependemos de que se conclua todos os procedimentos.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Pergunto à Ver.^a Lourdes se ela mantém o requerimento para adiar a votação.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Mantenho sim, Sr. Presidente. Com a legislação, a gente tem que ter muito cuidado. Obrigada.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Eu vou colocar em votação requerimento de adiamento da discussão do PLE nº 011/20, de autoria da Ver.^a Lourdes

Sprenger, por uma sessão. Não há outra saída. E as senhoras e os senhores vereadores decidam.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Vereador-Presidente Paulo Brum, a reclamação, a insatisfação não é só de um vereador, é de vários vereadores. A questão é muito polêmica. De fato, muitas emendas de vereadores ligados à área da saúde não entraram e não está sendo dito aí agora quais as emendas que entraram e que não entraram. Pode até ser delicado ou difícil de fazer a leitura de tudo isso. Agora, nós tivemos dois problemas. Primeiro, a posição do governo foi vetar algumas emendas que não estariam no critério técnico e a segunda vez que nós fizemos essa mudança ora indicada pelo governo, as emendas que daria para corrigir, ninguém sabe se de fato entraram as emendas. Não tem como votar o projeto, se não for dito se... (Problemas na conexão.) ...requerimento da Lourdes, nós teríamos que ter certeza, todos os vereadores, que fizeram a correção técnica que o governo solicitou, se entraram ou não entraram. Fica muito confuso.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, a primeira questão é que eu não ouvi se ... (Problemas na conexão.) ...tem para cumprir, se vencem hoje. Se vencem hoje e precisa ser votado e tem gente que não quer votar, eu informo que no anexo desse projeto estão as nossas emendas que foram recolocadas no projeto. Se nós não votarmos, todos vão perder as emendas. Se votarmos... Pois é, é uma situação difícil, mas eu gostaria... Quem sabe, uns dez minutos de suspensão da reunião ou quinze para que os vereadores vejam o anexo desse projeto, que as emendas estão ali.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Se nós postergássemos a votação do projeto para o fim da sessão? Pergunto ao diretor legislativo Sandro se existe esta possibilidade de nós passarmos a apreciação desse projeto para o fim da sessão.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, poderíamos ingressar na discussão e votação do projeto seguinte da priorização e depois retornar a esse projeto. Daí daria tempo para os vereadores buscarem seus esclarecimentos juntos as suas assessorias.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Esta presidência faz um requerimento solicitando a inversão da ordem de priorização de votação, para que o PLE nº 011/20 seja a última matéria a ser apreciada na Ordem do Dia de hoje. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;

encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0203/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 008/20, que inclui o art. 19-A na Lei Complementar nº 790, de 10 de fevereiro de 2016. (Processo eletrônico/prazo.) (SEI 118.00094/2020-42)

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 12-08-20 por força do art. 95 da LOM.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em discussão o PLCE nº 008/20.
(Pausa).

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à leitura do PLCE nº 008/20.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): O que eu observei na leitura deste projeto é que fala 24 horas; 24h, isso não existe. Então, teria que ser: 23h59min. Se alguém for reivindicar algo, vai ver qual é o horário, 24h, não está muito claro, neste texto, o prazo para o registro das reivindicações, no projeto da Prefeitura. Eu gostaria que os outros colegas também verificassem isso, se tem mais alguma observação. Eu observei isso, 24h não existe, certo?

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/20.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu gostaria, na verdade, que a liderança do governo, que representa o governo, falasse, porque esse é um projeto eminentemente técnico. Se eu entendi bem a linha da Ver.^a Lourdes Sprenger, nós estamos tratando de um projeto que trata da receita municipal, que busca dar segurança jurídica para o contribuinte nos protocolos eletrônicos em processos administrativos municipais. O projeto inclui, na legislação municipal, que o prazo máximo para o protocolo eletrônico de processos se encerra à meia-noite do último dia do prazo final. O problema é de comunicação com o governo, com a assessoria do governo. Quando nós estávamos em sessões presenciais na Câmara, a equipe técnica do governo, no dia a dia, a Camila e o pessoal, nos dava os elementos que vinham da respectiva Secretaria, e a gente resolvia ali, conversando com eles, a solução para as nossas dúvidas. Por isso que eu acho que... (Problemas na conexão.) ...favoravelmente, mas acho que a gente precisa, como legislador municipal, ter essa via de duas mãos. A dúvida que a Ver.^a Lourdes levantou

é exatamente essa. Eu podia dizer que é 23h59min59s, ou coisa do tipo. Às vezes, tem um pouco de preciosismo nessas questões todas, mas eu acho que é o diálogo que a gente tem que fazer. Eu vejo que o Ver. Felipe Camozzato também está se inscrevendo, eu gostaria de que este período, que é um período de discussão, servisse exatamente para a gente dirimir essas dúvidas. Depois vai passar a ideia de que, se a gente vota contra, é porque vota contra por votar contra. Não é isso! Nós queremos votar certo pelas orientações que eu tenho, as consultas que eu fiz com técnicos, inclusive, da Fazenda. Eu votarei favoravelmente em princípio.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/20.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Ouvindo as manifestações dos colegas – um abraço a ti, Paulo, meu querido Presidente da sessão, demais vereadores e vereadoras –, o que é que acontece? Num processo físico presencial, os prazos e as pessoas, o contribuinte que quer fazer um recurso sabe que tem que apresentar o processo de defesa na Secretaria respectiva, no caso, na Fazenda, até o horário, até o fechamento do expediente da repartição. No processo eletrônico, isso não ficou claro, não está claro até que hora o contribuinte pode apresentar o seu recurso no último dia do prazo. Até o fechamento da repartição, ou não? O projeto em si define, com certeza, que o prazo para apresentação de qualquer recurso, documento se encerra às 24h. Portanto, isso é uma garantia ao contribuinte, ao cidadão de Porto Alegre... (Problemas na conexão.) ...respeitando a posição da Ver.^a Lourdes, que afirma que não existe 24h, mas fica subentendido, a meu ver, que seria até às 23h59min59s. Portanto, eu acredito que a preocupação da Lourdes tem o seu fundamento, mas precisa ser votado como está. Não sei se me fiz entender, isso é para dar uma segurança ao contribuinte, que ele saiba que no dia último do prazo, o prazo encerra às 24h. É assim que entendo, vou votar favorável e sei que é bom para o cidadão de Porto Alegre. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/20.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Ver. Paulo Brum, que preside esta sessão. Cumprimento também os demais vereadores presentes, os telespectadores da TVCâmara. Ver. Ferronato, Ver.^a Lourdes, em tempos de pandemia e de calamidade, cada vez mais se busca o atendimento através do sistema *on-line*, através da internet, assim como nós, vereadores, estamos buscando aqui realizar as nossas sessões pelo sistema digital, onde cada um participa de um local, a distância. A

Secretaria da Fazenda do Município de Porto Alegre tem buscado esse atendimento de forma *on-line*, cada vez mais. Este projeto de lei, na verdade, busca dar garantias jurídicas para o trabalho que vem sendo buscado incessantemente pela Secretaria da Fazenda, para atender ao contribuinte através de sistema *on-line*. Então, é a busca da garantia. E essa questão do prazo é justamente como o Ver. Ferronato tentou explicar, é porque tem que ter um limite de prazo, assim como tem o limite da data presencial. Então, o que eu entendi, Ver.^a Lourdes, é que não são 24 horas para buscar no sistema *on-line*, é até as 24h anterior ao prazo final estabelecido. Está se estabelecendo um prazo, é isso que está se tentando justificar neste projeto de lei, é o prazo limite para que possa ser feito o pedido virtual, pelo sistema *on-line*, para a Secretaria da Fazenda. Esse é um projeto simples, que foi solicitado pela própria receita do Município, a própria Secretaria da Fazenda fez a solicitação deste projeto de lei, foi construído pela Secretaria da Fazenda, para que possa dar garantias ao sistema utilizado pela Secretaria da Fazenda. Então é uma garantia para a Secretaria da Fazenda do Município e para o próprio contribuinte. Então é importantíssimo aprovar este projeto, para dar essa garantia a todos aqueles que estão utilizando o sistema *on-line* da Secretaria da Fazenda. E o prazo é somente um prazo limite, não são 24 horas para usar o sistema, mas sim até as 24h anterior à data que está expressa no documento para o munícipe ter uma garantia de validade desse sistema. Então a gente pede aos vereadores a aprovação deste projeto, e, se tiver mais dúvidas, me coloco à disposição aqui, por mensagem, pelo próprio WhatsApp. A nossa representante da Fazenda, a Dani, estava tirando dúvidas dos vereadores que têm acesso a ela – ela deve estar assistindo à sessão, apesar de estarmos com um pouco de dificuldade de transmissão da sessão, a própria TVCâmara, hoje, parece que não está conseguindo transmitir. Mas me coloco à disposição daqueles vereadores que ainda tiverem alguma dúvida, Presidente Paulo Brum. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/20.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Paulo. Cumprimentando a ti, que presides esta sessão, cumprimento os demais colegas. Contribuindo com o debate, eu entendo, da leitura que eu fiz, que é um excelente projeto. É um projeto que desburocratiza, traz mais segurança jurídica, facilita a vida de quem quer fazer justamente essas transações pelo meio digital, que é uma modalidade cada vez mais em uso, evitando ter que ir ao balcão. Eu acho que ele é benéfico mesmo, entendo que, inclusive, a dúvida suscitada pela Ver.^a Lourdes possa ser resolvida, eventualmente, pelo decreto regulamentador da lei, ou talvez nem seja necessário e a fala do Ver. Mauro nos ajude a entender. Eu tenho certeza que a Fazenda, dadas as conversas que a gente tinha com a Fazenda, antes da pandemia, já estava trabalhando nesse sentido de facilitar essa interação do cidadão com o poder municipal e também com esse atendimento cada vez mais desburocratizado. Eu vejo com bons olhos o

projeto, votaria a favor, porque eu acho que o projeto, justamente, é positivo pelos motivos já citados. Um abraço a todos, agradeço pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/20.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Boa tarde a todos; um abraço, Ver. Paulo Brum, comandando os trabalhos. Eu vou ser sucinto, eu acho que é muito bom quando tem essas dúvidas... (Problemas na conexão)... eu não vejo, estava olhando aqui, eu entendo que é uma questão de semântica. O projeto é bom, vem desburocratizar, vem informar, e, nesse sentido, eu acho que nós devemos votar a favor. A Ver.^a Lourdes tem razão quando se preocupa com um detalhe, mas eu acho que no decorrer da explicação se entende bem, que é até à meia-noite. Nesse sentido, vamos votar a favor.

(Não revisado pelo orador.)

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLCE nº 008/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 31 votos **SIM** e 02 **ABSTENÇÕES**.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Declaro aprovado o PLCE nº 008/20.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): O projeto tem mérito, mas não existe 24h, existe 00h a 23h59min, e esses galhos, às vezes, juridicamente complicam. Por isso minha abstenção.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Confesso que eu não participei de toda discussão da matéria, confio que a Casa, na sua maioria, quase totalidade, está agindo de forma correta aprovando a proposta, e eu a acompanhei, votando a favor – “sim”.

(O Ver. Reginaldo Pujol reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito ao Sr. Sandro Brenner para que relate a próxima matéria, o PLE nº 011/20.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, fiz um requerimento solicitando o adiamento até a publicação, no DOPA, da regularização de

uma emenda já divulgada pela Casa que interfere, sim, indiretamente neste projeto, no caso, tratando-se de matéria jurídica.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): O próximo projeto, o PLE nº 011/20, trata do remanejamento de algumas emendas que tiveram apontamentos técnicos pelo Executivo Municipal. Os vereadores tiveram prazo para fazer as suas indicações de remanejamento, sendo respondido ao Executivo pela Câmara Municipal. Recebendo essas indicações, o Executivo encaminhou um projeto de lei para Câmara para fazer essas alterações, essas correções na Lei Orçamentária por meio deste projeto de lei. A Lei Orgânica prevê que a Casa tem um prazo de 30 dias, se não o fizer, perderá a obrigatoriedade da execução dessas emendas impositivas que estão no anexo 1 deste projeto de lei. Então, basicamente seria isso, e nós estamos na data fatal. Nós teríamos que aprovar o projeto e encaminhar a redação final para o Executivo ainda hoje. São essas as considerações, Sr. Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Pelo relato, a votação tem que ocorrer no dia de hoje, se não ocorrer no dia de hoje, nós ficamos prejudicados.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, solicitando o adiamento da discussão do PLE nº 011/20, por uma sessão. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, vou encaminhar em nome do Partido dos Trabalhadores, porque eu entendo as preocupações da Ver.^a Lourdes Sprenger. Como o DOPA será publicado no dia de hoje, e não tem horário, ele é do dia 12 de agosto de 2020. Nós, votando esta matéria, mesmo que esteja registrado ali um determinado horário, também, quando a matéria for publicada vai estar escrito: Porto Alegre, 12 de agosto de 2020, no mesmo dia. Portanto, não vejo prejudicialidade legal, porque não há o elemento horário, existe a data, existe uma marcação de data: 12 de agosto de 2020. Neste sentido, acho que, para não prejudicar colegas que tiveram emendas aceitas ou rejeitadas, pois, de uma forma ou de outra, praticamente todos vereadores têm alguma emenda neste sentido. Eu sou pela votação imediata deste projeto de lei, porque já são 15h30min, e teremos tempo de aprovar sem atropelo, todos poderão falar, todos poderão encaminhar ... (Problemas na conexão.) ... está lá, dedicando tempo, junto com a comunidade. A Biblioteca Pública Professor Romano Reif, no IAPI, neste bairro histórico, está lá, com água batendo para dentro com qualquer chuvarada que dá. E aqui foi falado na Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães; a frente parlamentar levantou esta discussão, e nós conseguimos até um computador. Gente, um computador para uma biblioteca pública municipal. Ajudar a Biblioteca Comunitária do Arvoredo, a biblioteca do Morro Santana é uma coisa, porque é uma questão comunitária; agora, uma biblioteca do Município, gente! Lourdes, onde nós vamos parar; Hamilton, Farid, nós precisamos trabalhar para que bibliotecas estejam ... (Problemas na conexão.) ... na frente parlamentar sobre esta questão das emendas impositivas, e colocamos praticamente

todos nossos recursos nessa questão, porque achamos importante. Fomos ao secretário, retornamos ao secretário, estamos pressionando, pois queremos verbas para as bibliotecas, queremos bibliotecas abertas, queremos leitura, nós queremos livros, livros a mancheia como dizia o poeta: ... (Problemas na conexão.) ... quem sabe o paraíso será uma grande biblioteca.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h33min.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 15h44min: Estão reabertos os trabalhos. Devolvo a palavra ao Ver. Adeli Sell, pois ele teve o raciocínio cortado. Portanto, reestabeleço o tempo do Ver. Adeli Sell para sua manifestação.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Pujol, mais uma vez muito obrigado; obrigado Sandro e Luiz Afonso pela reconexão. Eu estava dizendo que nós devemos dar muita atenção para esta questão. Já coloquei, anteriormente, que nós estamos ... (Problemas na conexão.) ... não importa a questão de horários, porque não regradada a questão do horário. Então, nós não podemos prejudicar um conjunto de colegas que, neste caso específico, tem emendas negadas, porque daí elas irão para os recursos da saúde, e aqueles que as tiverem aprovadas os recursos irão para onde os vereadores colocaram pela sua vontade, de forma impositiva, como quis a maioria desta Casa Legislativa. Então, eu acho que nós não podemos nos enredar nesta discussão, por mais preocupações tenhamos. A Ver.^a Lourdes sempre tem sido muito atenciosa com estas questões, mas eu tenho segurança absoluta de que nós estamos caminhando corretamente ao aprovarmos o projeto hoje. Temos, portanto, o cumprimento do prazo legal, e, ao mesmo tempo, não estamos nos confrontando com a publicação no DOPA na data de hoje. Este é um caminho correto; por isso que eu, em nome da bancada do PT, peço que os colegas sigam o mesmo caminho. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, eu registro as inscrições dos Vereadores Cassio Trogildo, Cláudia Araújo e Eng^o Comassetto.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, este tema das emendas impositivas tem sido muito caro

para todos nós da Câmara Municipal, um dispositivo que recebemos da Constituição Federal e que visa a qualificar a execução orçamentária do Município de Porto Alegre com a contribuição daqueles que mais ninguém na cidade ... (Problemas na conexão.) ... verificando aquelas pequenas demandas que podem ser resolvidas com esses indicativos das emendas impositivas. É lamentável que nós estejamos aqui um ano depois da aprovação das emendas, que foram aprovadas há um ano, ainda... (Problemas na conexão.) ... superou essas dúvidas, entenderam? Então, eu creio que seja muito difícil, muito temerário nós não aprovarmos o projeto em tempo hábil, aquele previsto na nossa Lei Orgânica por recepção da Constituição Federal, e gerarmos os motivos suficientes e necessários para o Executivo municipal que não tem demonstrado boa vontade ou, pelo menos, intenção de cumprir o que está disposto na nossa Lei Orgânica; nós estaríamos criando os motivos para o descumprimento dela. Então, com muito respeito e pedindo escusas à Ver.^a Lourdes, eu creio que, se nós não cumprirmos o prazo, nós estaremos criando um dano maior ainda do que o eventual dano a sua emenda específica. Então, nós vamos encaminhar pela não aprovação do requerimento, que possamos cumprir o prazo legal, fazendo a apreciação da alteração orçamentária nesta data. Obrigado, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Antes de eu encaminhar, eu gostaria de fazer uma questão de ordem. Eu fiz uma solicitação de fala neste projeto, no começo da sessão, e não foi vista a minha mensagem no *chat*; eu fiz a solicitação de inscrição antes do Ver. Cassio Trogildo e também não foi vista. Não é pelo vereador ter falado antes ou não, mas eu acho que tem que ser visto o *chat*, quando se faz alguns requerimentos, temos que ter mais cuidado com relação a isso.

Com relação ao encaminhamento do requerimento, eu tenho, como eu disse, quando encaminhei a matéria, três emendas que foram realocadas por nós e que não estão nessa lista. Então, eu estaria sendo prejudicada nas indicações, mas eu acho, sim, que eu não posso colocar, por ter essas emendas prejudicadas, em risco todas as demais emendas dos meus colegas vereadores. Então, eu acho que, sim, temos que votar hoje. Se hoje é o último dia, para que possamos fazer isso, não podemos colocar em risco todas as demais, precisamos fazer cumprir o máximo possível. Então, eu também sou contra ao Requerimento da Ver.^a Lourdes Sprenger para que seja adiado o prazo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, pela oposição.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Eu, em nome da bancada da oposição, quero agradecer ao Ver. Aldacir Oliboni pelo espaço e fazer algumas considerações aqui à Ver.^a Lourdes Sprenger. Entendemos, sim, a sua preocupação; entendemos, sim, a sua busca da justeza dos termos, mas há um conjunto de precedentes que nos remete a pedir para continuar nesse projeto. Primeiro, como já disse aqui o Adeli, o Cassio e a Cláudia, já tem um ano que esse tema está tramitando, está sendo discutindo e organizado, e já tem mais de meio ano que a lei foi aprovada e já deveria ter sido aplicada. É notório que o prefeito municipal vem agindo de má vontade com a Câmara dos Vereadores e com o tema das emendas impositivas, tanto que, no conjunto dos vereadores, ele passou a buscar um conjunto de exigências, dizendo que, tecnicamente, estavam desreguladas. Muitas entidades, para as quais nós fizemos as emendas, são as mesmas entidades conveniadas com o Município e que têm, em curso, convênios existentes. Eu não entendo como que para uma emenda a entidade não está qualificada, mas para um convênio, em exercício com o Município, está qualificada? Então, aqui eu poderia citar um rol de observações que tivemos nesse tempo. Outras delas, nós já fizemos um acordo de que 50% seriam para uma rubrica de maior necessidade, que é a saúde. Bom, Ver. Paulo Brum, assim como o senhor fez, também, para o Hospital Restinga, qual foi a emenda que eu fiz? Para comprar o aparelho de oxigênio central para poder remeter o oxigênio para os quartos, para poder atender os respiradores. Por que fizemos essa emenda? Porque dialogamos com o hospital, com o conselho e apontaram-nos que essa era uma necessidade urgentíssima, assim como outros colegas fizeram. Eu sei que o senhor fez uma emenda para o Hospital da Restinga, eu sei que o Ricardo Gomes fez para o Hospital Getúlio Vargas, se não me falha memória, para essa questão dos respiradores também. E as emendas não foram liberadas. Por que estou justificando isso? Porque tem um conjunto de má vontade; e a listagem das emendas que estão, vamos dizer assim, recalibradas, reorganizadas ou redirecionadas, se nós não as votarmos hoje, será mais uma justificativa para o governo dizer “não vou cumprir as emendas” ou “não vou cumprir estas emendas”. A votação hoje não terá prejuízo para ... (Problemas na conexão.) ... poderá ter prejuízo na análise do governo em relação às emendas impositivas e não as liberar. Portanto, Ver.^a Lourdes Sprenger, o entendimento que temos, neste momento, é que devemos cumprir essa tarefa o mais rapidamente possível para dizer: a Câmara quer que as emendas impositivas sejam aplicadas com rapidez, de preferência ainda durante a pandemia naqueles pontos, naqueles tópicos que vêm ao encontro para ajudar a resolver muitos problemas que têm na nossa cidade referentes à pandemia. Em nome da oposição, a gente pede que esse processo prossiga e que possamos analisar o seu conteúdo e aprová-lo ou não. No nosso caso, como já disse o líder do meu partido, votaremos favoravelmente ao projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver Alvoní Medina está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Basicamente, é dentro do que foi ressaltado, nós também tínhamos algumas dúvidas ... (Problemas na conexão.) ... e agora a minha assessoria conversou com o servidor Jorge da ... (Problemas na conexão.) ... que esclareceu que o anexo 1º traz um monte de funções e adequações de rubricas orçamentárias para as emendas que foram editadas, num segundo momento, pelos vereadores e acatadas pelo Executivo. O projeto apregoado hoje, PLE nº 017/20, traz, de forma específica, as emendas aprovadas e as emendas com impedimento. A emenda com que a vereadora está preocupada, a gente entende, realmente, essa preocupação dela, foi vetada e depois o veto foi derrubado; e acredito que não seja afetada por esse projeto e pelo anexo apresentado. Temos que aprovar este projeto hoje para dar lugar às emendas ajustadas no anexo. Peço, então, que seja aprovado, pois, como estava falando o Comassetto, são milhares de pessoas a quem nós destinamos várias emendas, e as pessoas estão esperando, há lugares que precisam muito dessas emendas ... (Problemas na conexão.) ... e a maior parte, 50%, já foi destinada à saúde. Então, eu voto pela aprovação do projeto, e o requerimento da Lourdes, eu votarei contra. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de sua autoria.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Eu gostaria de ser bem objetiva. A emenda não tem valor, ela acrescenta modalidade de esporte que pode receber recursos de emenda impositiva, ela assegura recursos para a área ... (Problemas na conexão.) ... como pode receber emenda impositiva. Ela assegura recursos para associações comunitárias e de proteção animal, devidamente registradas, com plano de trabalho. Então, eu asseguro, numa alteração da lei, essas modalidades, tanto que nem atuo diretamente no esporte, tem outros vereadores, e eu não atuo diretamente na cultura, mas foram modalidades que vi no Estado, em outras leis que aplicam recursos, e quis trazer para junto das emendas impositivas. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigada, Ver.^a Monica pela autorização para falar pela liderança. Só queria dizer que, na realidade, fui o único vereador que não apresentou emendas impositivas, porque entendia que iriam dar esses problemas nesse primeiro ano. Nada contra os meus colegas, já que foram aprovadas e muitas que não foram cumpridas, e, agora, nesse momento, vamos ter uma pequena adequação. Concordo com o Adeli e com os outros, não vale apenas agora, no último dia, no dia derradeiro; temos de evitar. Já preservaram algumas emendas, foi o que entendi, que foram colocadas para a saúde; outras, não. Já que estamos no dia 12, e hoje tem que votar, vamos votar e direcionar dessa forma. É esse o meu posicionamento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver João Bosco Vaz está com a palavra.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): É só um esclarecimento sobre essa emenda da Ver.^a Lourdes. Eu fiz duas, no máximo, três emendas para o esporte, e foram contempladas, tanto que recorri, e essas emendas vão ser aprovadas neste projeto. Não estou entendendo por que o esporte não pode receber; eu fiz recursos, e as emendas estão neste projeto que vamos votar agora.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, o que está sendo discutido agora é se vamos votar ou não. Não está sendo discutida emenda específica. Não havendo inscritos, solicito que o Dr. Sandro inicie a chamada para votação do requerimento da Ver.^a Lourdes Sprenger.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 01 votos **SIM** e 30 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitado o requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Para não atrapalhar os colegas que apresentaram emendas que foram recebidas, votei “não”.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PDT): Pedindo escusas à Ver.^a Lourdes, mas, para não prejudicar os demais colegas que têm emendas sendo corrigidas, eu votei “não” no requerimento.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Só para deixar claro que esse projeto não atrapalha a questão da emenda da Lourdes, até porque o veto, onde estava a emenda da Lourdes, foi derrubado. Então eu votei “não” ao requerimento.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Retomamos a discussão do PLE nº 011/20. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada por esta presidência. (Pausa.) Solicito que o Dr. Sandro Brenner proceda à chamada nominal dos senhores vereadores e senhoras vereadoras para a votação.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Em votação nominal, solicitada pela presidência, do PLE nº 011/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal) **APROVADO** por 30 votos **SIM** e 01 **ABSTENÇÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 16h25min: Declaro aprovado o PLE nº 011/20. Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0228/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 011/20, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Municipal, institui a Corregedoria-Geral do Município (CGMuni) e a Ouvidora-Geral do Município (OGM), vinculadas a Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria (SMTTC), modifica o inc. VIII do art. 4º da Lei Complementar nº 810, de 4 de janeiro de 2017, e dá outras providências. **(SEI 118.00118/2020-63)**

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Solicito esclarecimento, Sr. Presidente. O senhor havia, *en passant*, na segunda-feira, falado a respeito do comparecimento das escolas privadas de ensino infantil de Porto Alegre no dia de amanhã. Eu consulto se está confirmado, qual é o horário e qual é a modalidade, comparecimento ou audiência pública.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu esclareço V. Exa. O que está previsto é comparecimento, e solicito que V. Exa. indique quais as entidade e quais as pessoas que irão comparecer amanhã, à tarde, quinta-feira, por volta das 15h. O comparecimento é negociado entre nós, vereador.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Está bem presidente, é o seguinte, tem um movimento das escolas privadas de educação infantil do Rio Grande do Sul e o sindicato das escolas privadas infantis; eu não sei se serão os dois, acredito que são 15 minutos. Se o Senhor me permitir, farei o contato com o diretor Luiz Afonso.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu solicitaria que o senhor ajustasse com a Diretoria Legislativa esses pormenores. A Diretoria Legislativa pode esclarecer tudo com o amigo.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Desde já agradeço e convido os colegas vereadores, pois é um tema muito importante. São mais de 200 escolas infantis aqui na cidade, os vereadores conhecem esse tema, todas elas, evidentemente, estão preocupadas e sofrendo com essa situação.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): No horário exato do comparecimento, tudo será concertado por V. Exa. com o nosso diretor legislativo.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Gostaria de esclarecer duas questões. Primeiro, há um projeto meu que está com solicitação de audiência pública. Essa audiência pública está agendada? A Mesa Diretora está reavaliando a questão da exigência de audiências públicas, haja vista as ações liminares que aconteceram recentemente? Gostaria de um esclarecimento sobre isso, porque tenho interesse em votar um projeto para o qual foi solicitada audiência pública. Também gostaria de pedir a oportunidade de comparecimento da Associação dos Servidores da Ceitec que está em processo de privatização e, agora, em processo de liquidação, por parte do governo federal, o que acho um grande prejuízo ao Rio Grande do Sul sob o ponto de vista da relevância do capital intelectual que foi construído através dessa empresa pública, que tem um papel importantíssimo na ciência e tecnologia. Então, eu gostaria de pedir o tempo para que eles pudessem vir à Câmara e tentar discutir com os vereadores a importância da continuidade da Ceitec no cenário estadual e nacional.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Ver. Zacher, em homenagem a V. Exa., líder do Partido Democrático Trabalhista, eu lhe asseguro que, as entidades que V. Exa. quer convidar para comparecer à Casa, isso pode ocorrer na próxima quinta-feira. Então, fica, a princípio, definido o comparecimento dos servidores da empresa que está sendo questionada a sua atuação, eu me solidarizo com a causa, e acho que V. Exa. age corretamente em convidá-la para vir em comparecimento até à Casa do Povo manifestar as suas posições.

No outro aspecto, no que diz respeito às audiências públicas, hoje pela manhã, na reunião das lideranças, se exauriu esse assunto, e foi confessado que nós

tivemos problemas na medida em que os editais foram todos objeto de impugnação, implicando que revisássemos esses editais. Tenho certeza que a audiência pública do projeto que V. Exa. requer já está com data marcada, só não posso precisar qual neste momento. Peço ao colega que faça contato com o Dr. Luiz Afonso, mas será no mês de setembro.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Obrigado, Presidente, está respondido.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, o Ver. Ricardo Gomes está com uma questão, e, antes, gostaria de explicar a questão da Ver. Lourdes primeiro. Agora, durante a impossibilidade técnica, acabei me envolvendo com a questão da promulgação daqueles trechos do orçamento que tiveram vetos derrubados, e, apenas para tranquilizar a Ver.^a Lourdes Sprenger, acaba de ser enviado para o Diário Oficial, ele só constará na página a partir do momento da assinatura, mas é uma questão que leva mais um tempo. De parte da Câmara, o Presidente Reginaldo Pujol assinou a promulgação, o Ver. Márcio Bins Ely assinou o encaminhamento para a publicação, e já o colega Patrício, responsável por esta área, já colocou na edição extra do DOPA, então está mais do que garantido que a disposição, objeto da emenda, cujo veto foi derrubado, Ver.^a Lourdes, já pode-se afirmar que é lei, integrando, então, o texto original do orçamento de 2020.

Em relação ainda, Presidente, à questão dos períodos temáticos, a verdade é que nós temos assim, quando é autoridade pública, aí chamamos de Comparecimento, quando são entidades, são Períodos Temáticos. Eu só pediria, aí me reporto ao Ver. Mauro Zacher, que formalizasse, porque nós temos alguns outros pedidos já formalizados aguardando então um agendamento. Aí nós vamos fazer uma sequência. Era isso, Presidente.

VEREADOR RICARDO GOMES (DEM): Presidente, senhoras e senhores, nós tínhamos, acredito que na segunda-feira, quando o Ver. Mauro Pinheiro suscitou uma questão de ordem para retirar o veto ao Fundo Municipal de Combate ao Coronavírus – Funcovid-19 da Ordem do Dia, ao que me recordo, aprazado para ser o primeiro depois dos projetos que trancavam a pauta. Eu imaginei até que isso aconteceria hoje, mas vejo que não há um quórum tão robusto assim para se fazer a análise. Há ainda projetos trancando a pauta, Dr. Luiz Afonso? Se não houver, eu gostaria que fosse o primeiro a ser analisado na segunda-feira.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu vou me permitir, Dr. Luiz Afonso. Eu entendo que esse assunto esteja incluído numa deliberação da Mesa Diretora e das lideranças, no sentido de que seja consultada a nossa Comissão de Constituição e Justiça, que V. Exa. inclusive faz parte, sobre o procedimento a ser seguido, em face do conflito entre uma disposição da Lei Orgânica com o nosso cotidiano, com o próprio Regimento, que estabelece as prerrogativas e as prioridades. A

matéria está sendo encaminhada - depois peço que o nosso Diretor Legislativo explicita melhor - para a Comissão de Constituição e Justiça, se é que já não o foi, para que, dentro da brevidade possível, nós tenhamos essa orientação de como proceder dentro do conflito que nós suscitamos no dia de hoje. Dr. Luiz Afonso, se for o caso, esclareça melhor o nosso colega, Dr. Ricardo Gomes.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Ver. Ricardo Gomes, a questão que se suscitou diz respeito à questão da possibilidade ou não de votação de outros projetos, enquanto os projetos com urgência e com o prazo de 45 dias vencidos aguardam realização de audiência pública, ou seja, se poderíamos votar nesse período os que já estão marcados. Estão, praticamente, sendo marcadas todas, e eventualmente poderiam ser votados projetos nesse interregno. Essa é a questão que vai ser encaminhada, hoje foi tratada no Colégio de Líderes, e a Mesa, então, em nome dessas entidades, vai encaminhar a consulta para a CCJ. Resumidamente é essa a questão.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a presença de todos, estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h39min.)

* * * * *